



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

2ª VARA DO TRABALHO DE ARARAQUARA - 0079

[2001 a 2500 processos]

Entre os dias 17 e 18 do mês de julho de 2018, o Excelentíssimo Senhor

Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 8/2018, divulgado em 8/5/2018 no DEJT (Edição 2469/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 722). Presente a Juíza Titular CONCEICAO APARECIDA ROCHA DE PETRIBU FARIA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	AMERICO BRASILIENSE, ARARAQUARA, BOA ESPERANCA DO SUL, GAVIAO PEIXOTO, RINCAO, TRABIJU, SANTA LUCIA, MOTUCA
Lei de Criação:	8.432/92
Data de Instalação:	04/12/1992
Data de Instalação do PJE:	07/05/2014
Data da Última Correição:	15/08/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	4 %
Acervo PJe/Acervo Total:	96 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
CONCEICAO APARECIDA ROCHA DE PETRIBU FARIA	29/05/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
13/09/2017 a 15/09/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
18/09/2017 a 19/09/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
20/09/2017 a 19/10/2017	FERIAS
11/11/2017 a 15/11/2017	AFASTAMENTO - FALECIMENTO
16/11/2017 a 17/11/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
21/11/2017 a 22/11/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
08/03/2018 a 09/03/2018	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
12/03/2018 a 10/04/2018	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/08/2017 a 13/07/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
BRUNO FURTADO SILVEIRA	14/08/2017 a 20/08/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
CARLOS ALBERTO FRIGIERI	07/01/2017 a 19/12/2017
CARLOS ALBERTO FRIGIERI	08/01/2018 a 13/07/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
19/07/2017 a 17/08/2017	FERIAS
20/11/2017 a 19/12/2017	FERIAS

NOME	PERÍODO
LUIZA HELENA ROSON	07/08/2017 a 13/08/2017
LUIZA HELENA ROSON	29/08/2017 a 01/09/2017

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/05/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ARLINDO DE FREITAS JUNIOR	AJJ	-	29/10/1993
LILIAN CRISTINA DE OLIVEIRA NOVAES	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	21/08/2002
MARCIO LUIZ OKADA	AJA	FC-02 ASSISTENTE	15/07/1996
MARINA FERRARI LOPES DE CASTRO	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	03/10/2005
MARINA LAMANERES VASCONCELOS	TJA	-	02/06/2014
PATRICIA ALESSANDRA ZANELATO GUERRA	TJA	-	21/03/2018
REGIANE SANT ANNA MORENO FRATUS	TJA	-	19/04/2010
RENATA WICHER MARIN	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	06/06/1997
TELMA CRISTHINA DE FARIA	REQ	FC-04 CALCULISTA	05/10/2016
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			8
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [08/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Correção Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM RECESSO	2
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	6
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	1
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	4
TOTAL	13



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/05/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
LAURO DE TOLEDO RUSSO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/05/2018
VANESSA DIAS HORACIO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/05/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [08/2017 a 05/2018]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
CARLOS ALBERTO FRIGIERI	45
CONCEICAO APARECIDA ROCHA DE PETRIBU FARIA	16

SERVIDORES	HORAS
LILIAN CRISTINA DE OLIVEIRA NOVAES	130
MARINA FERRARI LOPES DE CASTRO	201
PATRICIA ALESSANDRA ZANELATO GUERRA	50
TELMA CRISTHINA DE FARIA	40



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [08/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	612	1.015	557
	Aguardando encerramento da instrução	458	841	710
	Aguardando prolação de sentença	213	158	193
	Aguardando cumprimento de acordo	287	421	283
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.611	1.630	1.472
	Pendentes de finalização	3.181	4.063	3.215
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	160	274	131
	Liquidados pendentes de finalização na fase	805	460	606
	Pendentes de finalização	965	734	737
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	871	1.372	853
	Encerrados pendentes de finalização na fase	18	135	20
	Pendentes de finalização	889	1.508	874
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	6	4	2
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	6	58	2
TOTAL		5.047	6.367	4.831

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [08/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	970	1.268	943
	Aguardando encerramento da instrução	706	856	748
	Aguardando prolação de sentença	120	143	111
	Aguardando cumprimento de acordo	331	404	319
	Solucionados pendentes de finalização na fase	3.481	4.139	3.440
	Pendentes de finalização	3.491	4.218	3.463
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	399	496	312
	Liquidados pendentes de finalização na fase	658	456	363
	Pendentes de finalização	967	796	616
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	857	1.459	904
	Encerrados pendentes de finalização na fase	586	744	668
	Pendentes de finalização	876	1.585	931
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	73	3
TOTAL		5.334	6.673	5.013



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [08/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	389	347	104
Exceções de Incompetência	29	32	8
Antecipações de Tutela	192	184	6
Impugnações à Sentença de Liquidação	33	39	30
Embargos à Execução	74	67	34
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	1	0	1
Exceções de Pré-Executividade	4	6	1
TOTAIS	722	675	184

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [08/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	287	286	53
Exceções de Incompetência	28	23	18
Antecipações de Tutela	297	283	6
Impugnações à Sentença de Liquidação	55	34	37
Embargos à Execução	120	113	37
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	6	6	1
TOTAIS	793	745	152



6 - RECURSOS [08/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.080	991	129
Recurso Adesivo	50	54	2
Agravo de petição	83	76	7
Agravo de Instrumento	29	8	28
TOTAIS	1.242	1.129	166

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [08/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	981	986	95
Recurso Adesivo	52	41	14
Agravo de petição	92	81	14
Agravo de Instrumento	28	21	13
TOTAIS	1.153	1.129	136



7 - PRAZOS MÉDIOS [08/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	438	179	211	164
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.009	288	380	295
Total / Média	2.447	269	344	272

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	419	193	218	175
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.746	305	394	315
Total / Média	2.165	283	355	289

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	231	28	25	25
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.285	34	32	32
Total / Média	1.516	33	31	31

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	62	130	212	86
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	530	166	233	133
Total / Média	592	162	230	127

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	362	756	2.247	1.184
Do início ao encerramento da execução - ente público	109	573	1.058	892
Total / Média	471	713	2.101	1.101

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [08/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	428	215	209	197
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.607	291	364	304
Total / Média	2.035	275	326	279

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	418	219	213	201
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.511	308	369	320
Total / Média	1.929	288	329	293

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	202	21	24	26
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.082	34	35	37
Total / Média	1.284	32	33	35

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	120	166	275	164
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	722	190	281	165
Total / Média	842	187	280	165

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	445	1.129	1.778	1.434
Do início ao encerramento da execução - ente público	81	843	1.184	1.260
Total / Média	526	1.085	1.717	1.407

*Do início até a extinção da execução

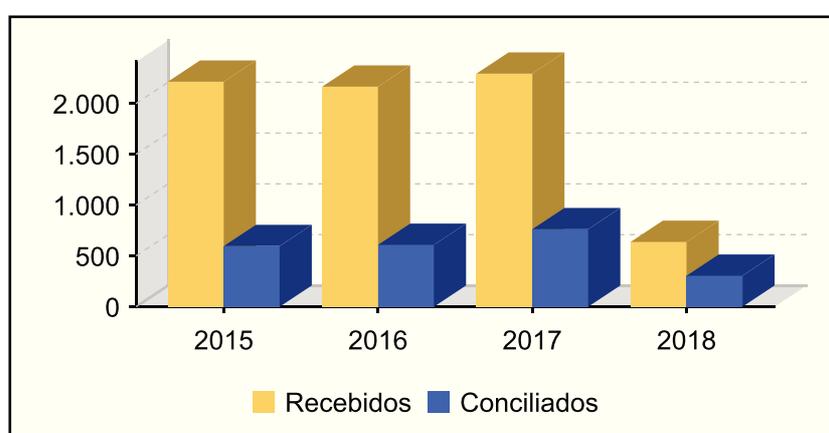


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

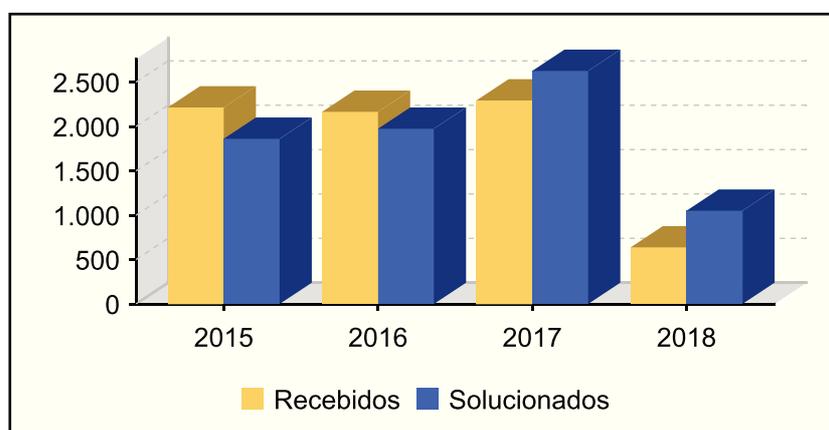
8.1 - Índice de conciliações [até 05/2018]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.215	597	26,95
2016	2.166	609	28,12
2017	2.294	763	33,26
2018	638	305	47,81



8.2 - Índice de soluções [até 05/2018]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.215	1.862	84,06
2016	2.166	1.975	91,18
2017	2.294	2.627	114,52
2018	638	1.051	164,73



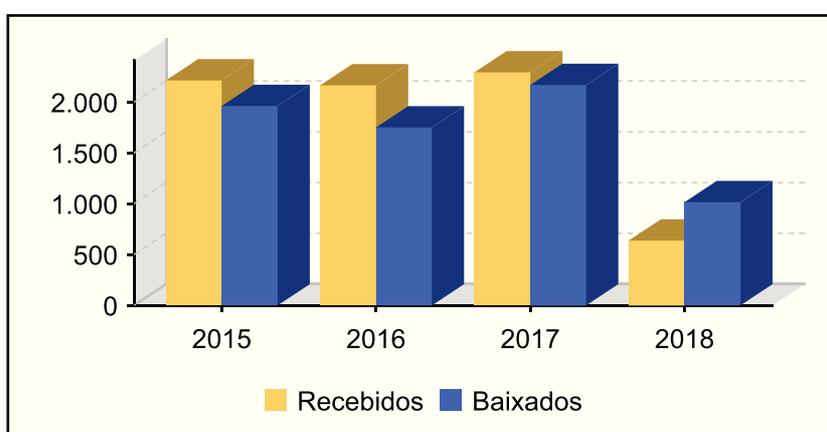


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

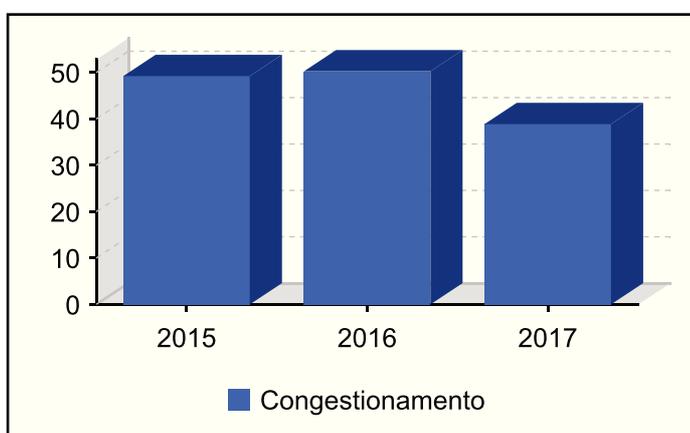
8.3 - Índice de baixas [até 05/2018]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.215	1.963	88,62
2016	2.166	1.752	80,89
2017	2.294	2.170	94,59
2018	638	1.016	159,25



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.453	2.215	1.862	49,24
2016	1.805	2.166	1.975	50,26
2017	2.004	2.294	2.627	38,88





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

As informações serão apresentadas no item
"15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS"

Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão
(novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”).



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	796	66,3	74,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.476	123,0	138,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.272	189,3	213,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	385	32,1	36,2
Incidentes Processuais Resolvidos	831	69,3	78,2
Dias-Juiz	319	26,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	35.260	71,7	44,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	50.576	102,8	63,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	85.836	174,5	108,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	13.912	28,3	17,5
Incidentes Processuais Resolvidos	32.197	65,4	40,5
Dias-Juiz	23.847	48,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	130.470	71,1	45,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	165.548	90,2	58,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	296.018	161,2	104,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	47.256	25,7	16,6
Incidentes Processuais Resolvidos	113.221	61,7	39,9
Dias-Juiz	85.233	46,4	---

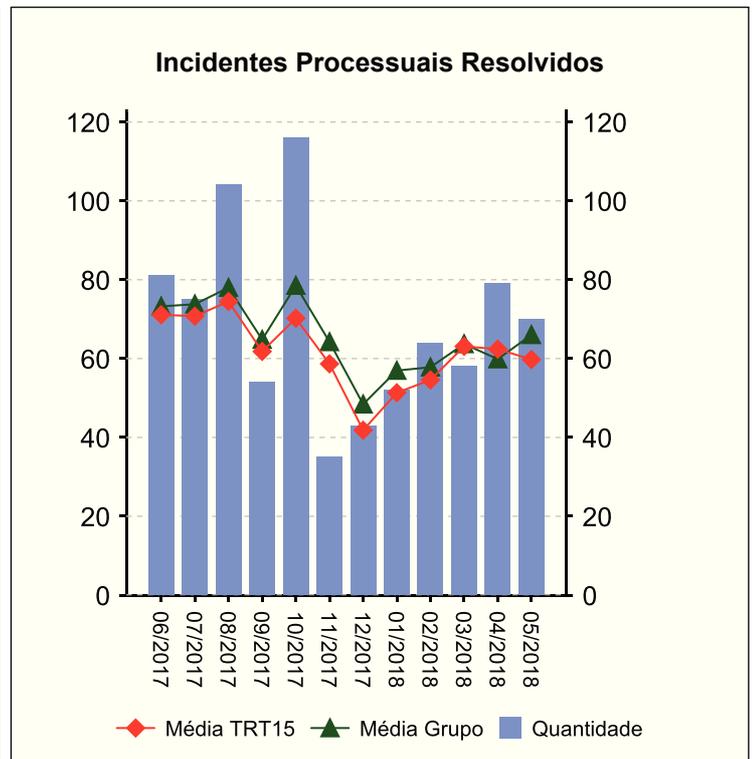
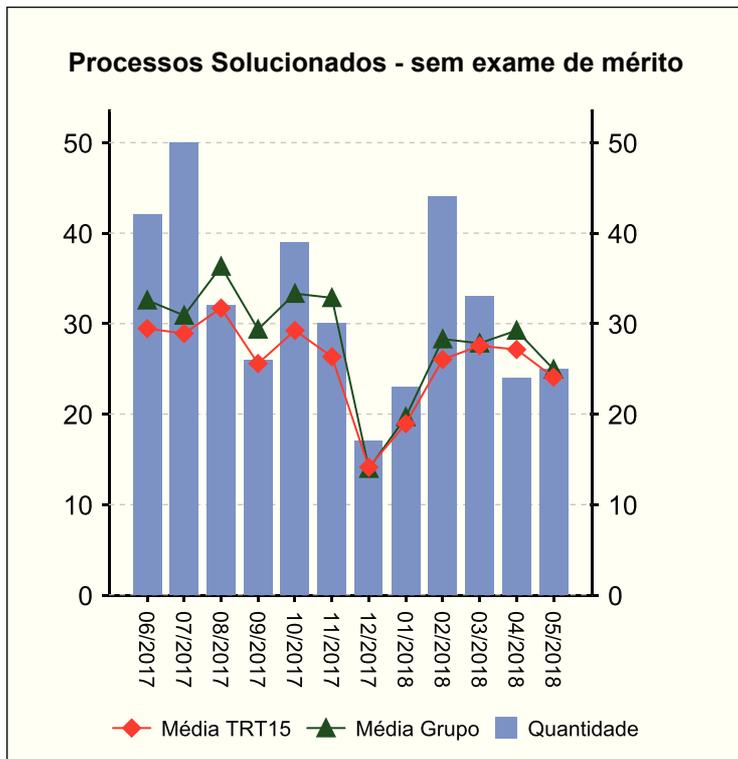
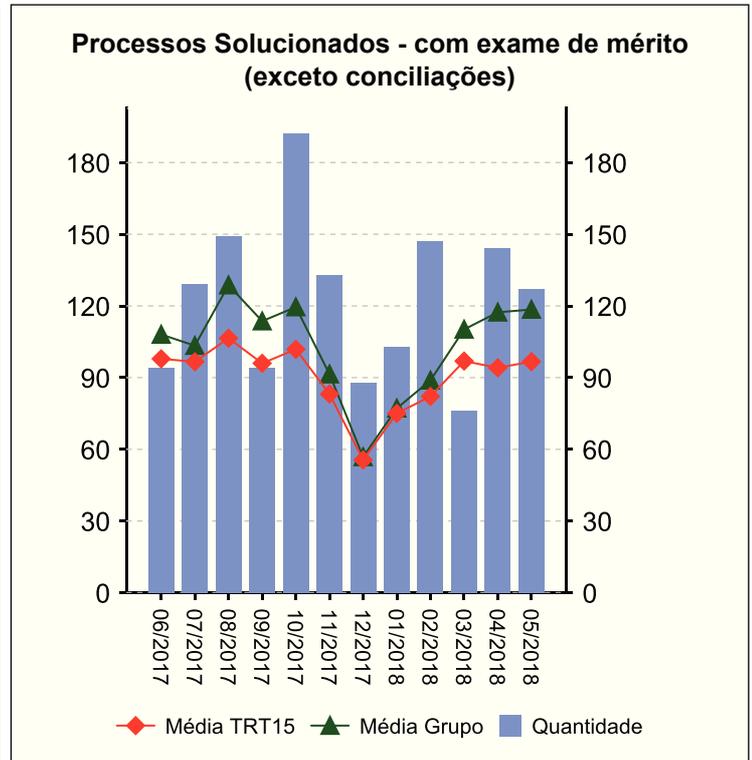
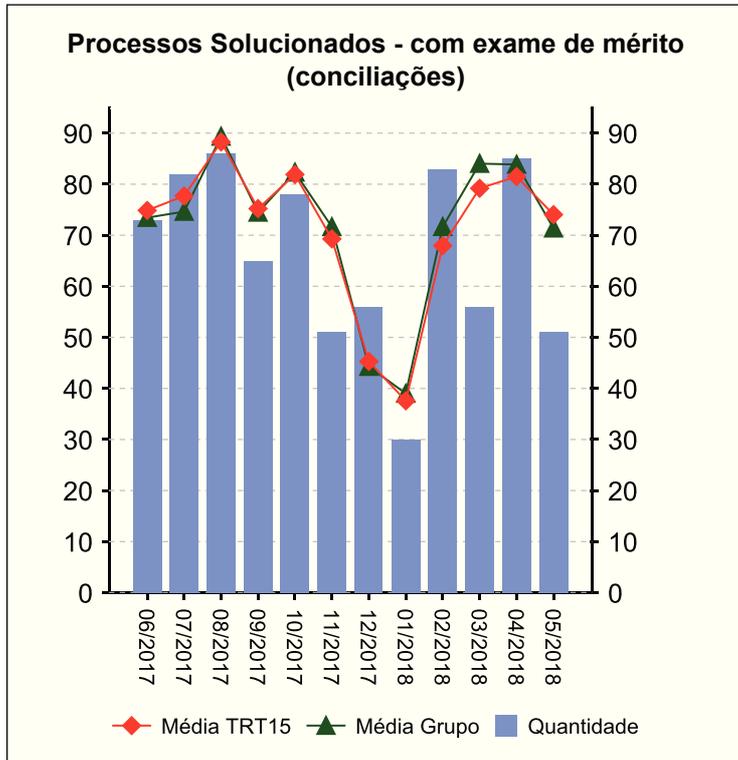
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [06/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[06/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	224	18,7	21,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	790	65,8	74,3
Sessões de audiência realizadas - una	1.136	94,7	106,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	246	20,5	23,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	177	14,8	16,6
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.926	160,5	181,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	423	35,3	39,8
Dias-Juiz	319	26,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	23.847	48,5	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	85.233	46,4	---

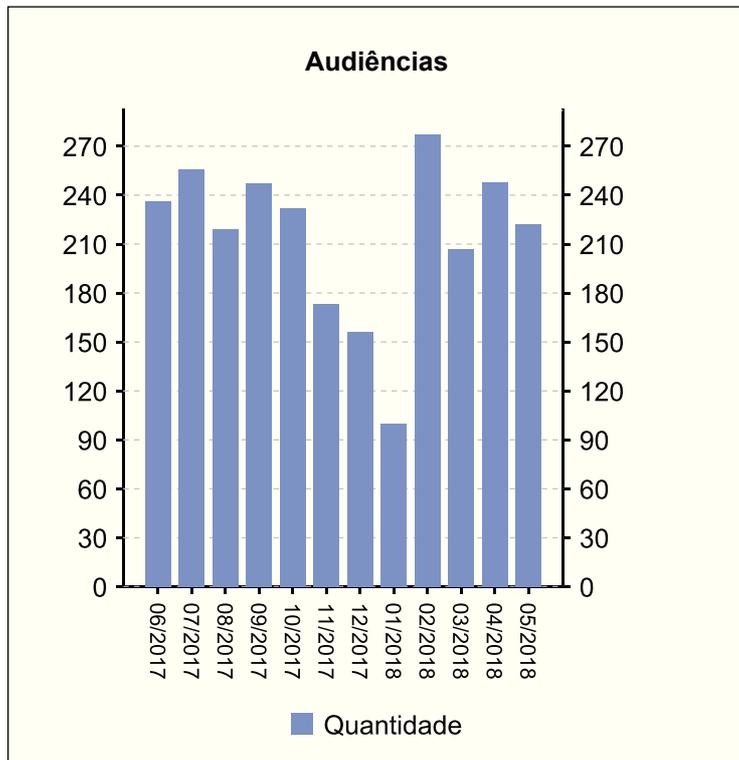


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

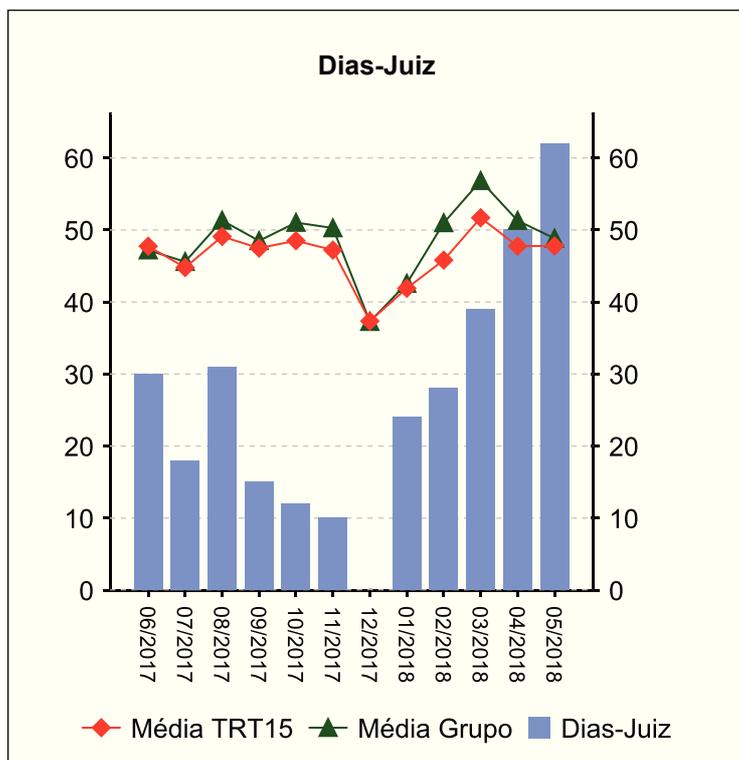
[06/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
06/2017	17	2	24	64	129	236
07/2017	43	11	10	70	122	256
08/2017	27	3	8	70	111	219
09/2017	38	16	24	64	105	247
10/2017	36	12	14	70	100	232
11/2017	7	24	7	50	85	173
12/2017	0	13	71	32	40	156
01/2018	2	9	6	36	47	100
02/2018	39	20	16	83	119	277
03/2018	31	16	12	65	83	207
04/2018	4	31	24	89	100	248
05/2018	2	20	8	97	95	222
Total	246	177	224	790	1136	2573



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
06/2017	30
07/2017	18
08/2017	31
09/2017	15
10/2017	12
11/2017	10
12/2017	0
01/2018	24
02/2018	28
03/2018	39
04/2018	50
05/2018	62
Média Mensal	26,6



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	651	54,3	35,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.222	101,8	66,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.873	156,1	102,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	286	23,8	15,6
Incidentes Processuais Resolvidos	814	67,8	44,3
Dias-Juiz	551	45,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	34.866	70,9	44,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	42.222	85,8	53,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	77.088	156,7	97,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	14.384	29,2	18,2
Incidentes Processuais Resolvidos	30.728	62,5	38,8
Dias-Juiz	23.743	48,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.042	70,3	45,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	149.307	81,3	52,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	278.349	151,6	97,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.811	27,1	17,4
Incidentes Processuais Resolvidos	107.192	58,4	37,4
Dias-Juiz	86.052	46,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

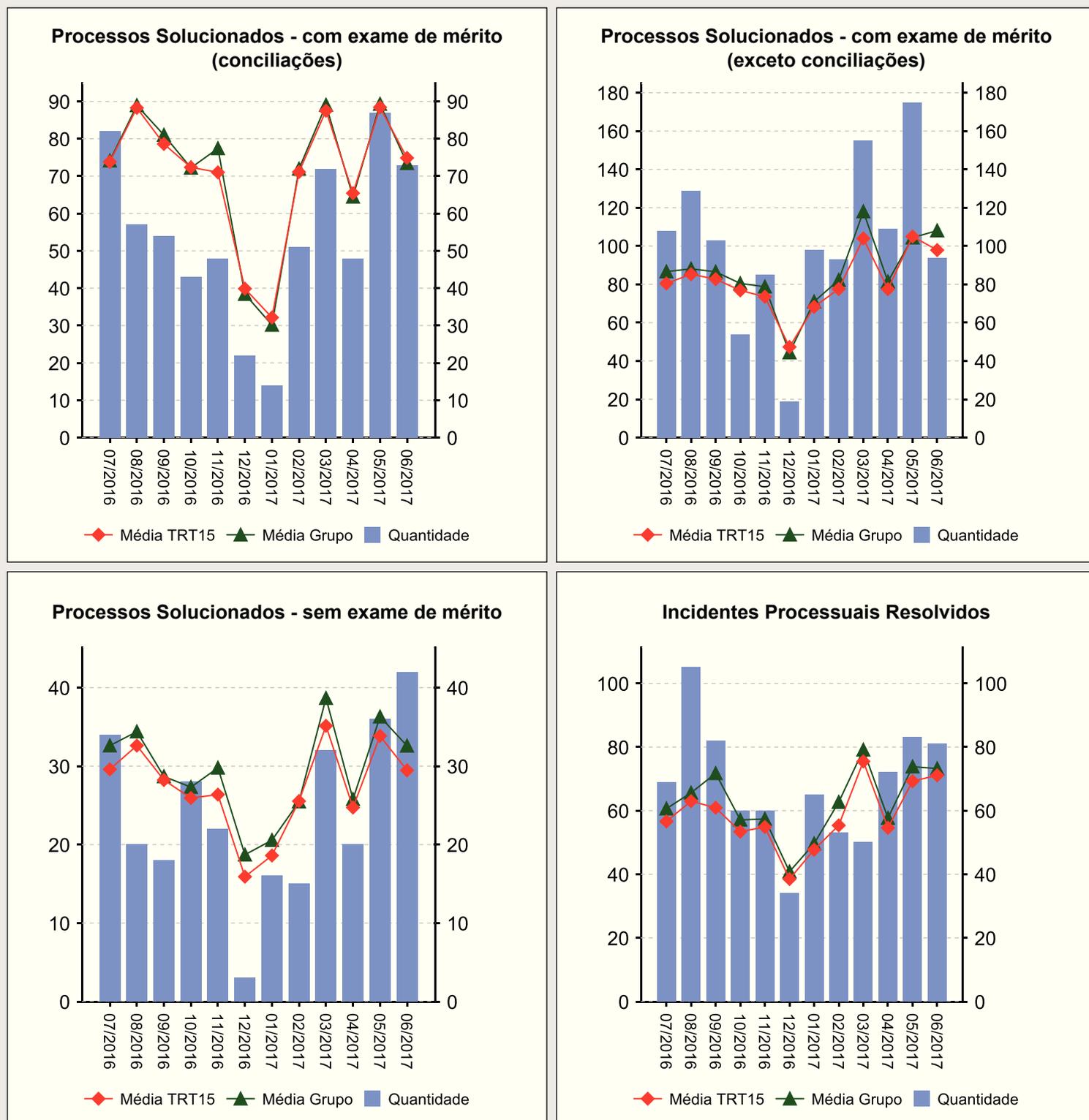


CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	538	44,8	29,3
Sessões de audiência realizadas - instrução	537	44,8	29,2
Sessões de audiência realizadas - una	992	82,7	54,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	175	14,6	9,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	38	3,2	2,1
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.529	127,4	83,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	213	17,8	11,6
Dias-Juiz	551	45,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	23.743	48,3	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	86.052	46,9	---



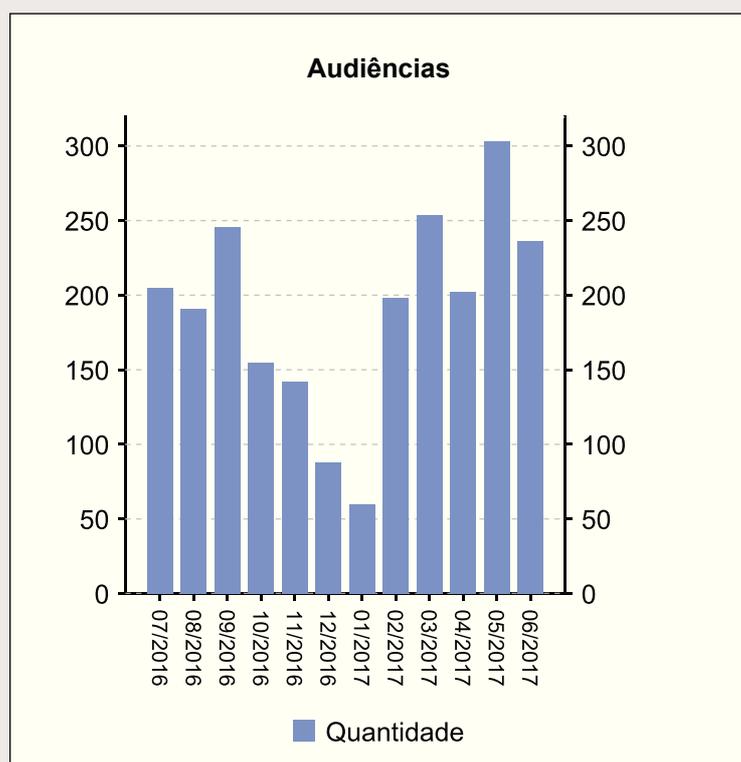
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

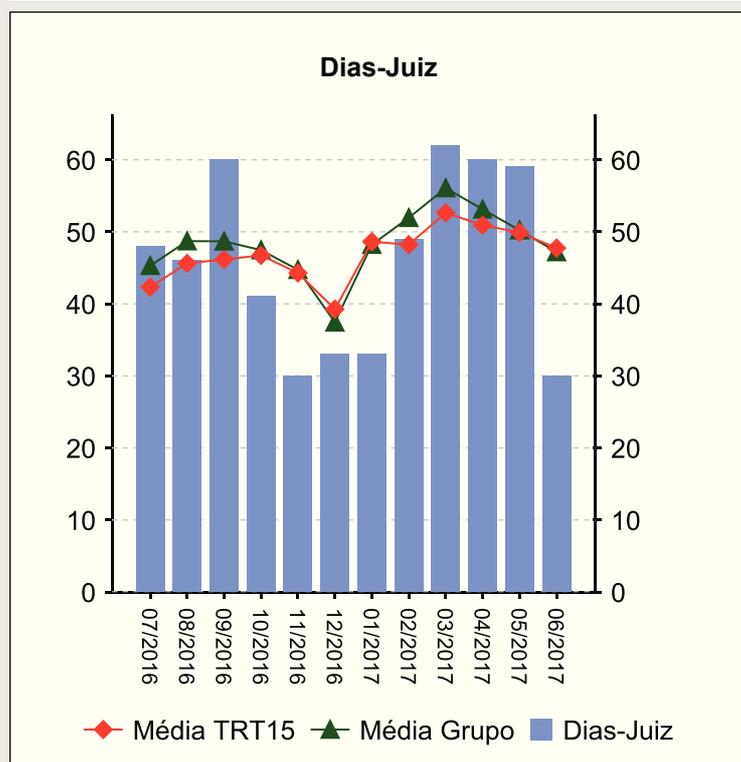
[07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
07/2016	7	3	59	52	84	205
08/2016	11	4	45	31	100	191
09/2016	20	4	62	49	111	246
10/2016	13	0	46	37	59	155
11/2016	8	5	32	38	59	142
12/2016	6	1	16	26	39	88
01/2017	3	0	18	17	22	60
02/2017	22	4	59	41	72	198
03/2017	21	8	69	56	100	254
04/2017	18	6	50	49	79	202
05/2017	29	1	58	77	138	303
06/2017	17	2	24	64	129	236
Total	175	38	538	537	992	2280



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
07/2016	48
08/2016	46
09/2016	60
10/2016	41
11/2016	30
12/2016	33
01/2017	33
02/2017	49
03/2017	62
04/2017	60
05/2017	59
06/2017	30
Média Mensal	45,9



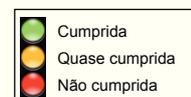
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

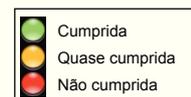
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2294	2627	2065	0	191	219	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

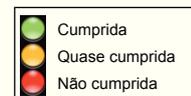
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2215	1994	2125	0	219	44	20 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
632	787	569	0	53	66	100 %





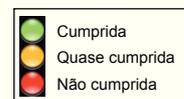
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

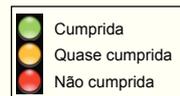
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
10	10	0	1	90 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
294	285	282	99 %





12 - ARRECADAÇÃO [08/2017 a 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 176.244,27	R\$ 286.587,75	R\$ 0,00	R\$ 2.148.847,57



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 05/2018]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2012	1
2014	3
2015	13
2016	234
2017	605
2018	427



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
2551	9	0	9	0

Fonte: Portaria GP nº 20/2018 – Anexo republicado na Portaria GP nº 26/2018

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 20/2018, de 16/04/2018, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 9 servidores está dentro dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Além disso, foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam os assistentes de Juiz:

Melissa Thais de Almeida – Assistente da Juíza Titular Conceição Aparecida Rocha de Petribu.

Rosane Maria Sant'anna Moreno Rozatto – Assistente do Juiz Substituto Auxiliar Fixo Carlos Alberto Frigieri.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 04/07/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	04/06/2018	Data de corte:	04/06/2018
Saldo:	194*	Saldo:	10
Data do mais antigo:	13/12/2017	Data do mais antigo:	20/04/2018
Total:			204

* deste saldo, 102 são sentenças para prolatar, 30 Eds e 18 incidentes na execução



15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES NACIONAIS:

Como divulgado pelo Tribunal Superior do Trabalho, o Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a partir de experiências como o Mapeamento Global de Desempenho – MGD, bem como de estudos realizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho do país.

Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciais de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais. Os índices podem ser acessados por todos os usuários do Sistema e-Gestão (novoegestao.tst.jus.br – na subpasta “Indicadores”), com atualizações divulgadas trimestralmente.

Observando os relatórios já disponibilizados é possível verificar que a 2ª Vara do Trabalho de Araraquara obteve melhora nos índices Celeridade (de 0,36 para 0,33), Taxa de Congestionamento (de 0,44 para 0,40) e Força de Trabalho (de 0,37 para 0,31), não obstante tenha elevado sua criticidade no indicador Produtividade (de 0,47 para 0,50) e tenha se mantido estável no indicador Acervo (0,35). O índice Resultado apresentou, assim, evolução positiva de 0,40 (Período de Referência: 01/01/17 até 31/12/17) para 0,38 (Período de Referência: 01/04/17 até 31/03/18).

Como registrado no item anterior, foi informada a existência de 204 processos sem tramitação há mais de 30 dias, quantidade essa inferior à metade da média trienal de processos recebidos, razão pela qual não se registra a necessidade de elaboração de plano de ação no momento.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010932-06.2016.5.15.0079,



0010929-17.2017.5.15.0079 e 0010096-62.2018.5.15.0079;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0010169-05.2016.5.15.0079, 0010214-09.2016.5.15.0079 e 0010621-84.2015.5.15.0079;

16.3 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, além disso a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 13/07/2018, verificou-se a existência de 631 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0012313-83.2015.5.15.0079, 0011070-36.2017.5.15.0079 e 0011508-96.2016.5.15.0079);

16.5 – há audiências designadas em 04 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 177 no período de 06/2017 a 05/2018;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

Observa-se que o cálculo de dias-juiz no item 10.2 desta Ata teve seu resultado distorcido, já que, por um problema técnico, o sistema automatizado subtraiu do cálculo dias correspondentes a Magistrado que não mais atua na Unidade – o que já foi



encaminhado ao setor responsável. Assim, a disponibilidade média de magistrados (26,6) indicada no supracitado item não reflete a realidade e a média real de dias-juiz é de 49,4, superior à média do grupo (48,5), conforme quadro abaixo:

Mês/ano	Qtde
06/2017	60
07/2017	49
08/2017	62
09/2017	45
10/2017	43
11/2017	40
12/2017	31
01/2018	55
02/2018	56
03/2018	40
04/2018	50
05/2018	62
Média mensal	49,4

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 40,3* processos solucionados por meio de conciliações, inferior à média de referido grupo (RARIA 44,4), mas superior à última correição (RARIA 35,4). Igualmente, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 74,7*, superior à média do grupo, de 63,6 (RARIA) e à última correição (RARIA de 66,5), resultando em média total de solucionados com exame de mérito, de 115,0* (RARIA) na Unidade, superiores à média do grupo 108,0 (RARIA), no mesmo período e ao RARIA de 102,0 apurado na última correição.

Nesse sentido, destaca-se ter sido quase cumprida no último ano a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento, com 99% de cumprimento) – conforme item 11.

** dados recalculados observando-se a real média mensal de dias-juiz para a Unidade.*



18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 04/07/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	-	-	
INICIAIS/ Sum:	-	-	
UNAS/ Ord:	24/09/2018	-	82
UNAS/Sum:	29/08/2018	1	56
INSTRUÇÕES/Ord:	05/02/2019	4	216
INSTRUÇÕES/Sum:	-	-	
CONCILIAÇÃO:	-	-	
MEDIAÇÃO:	17/07/2018	-	13

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. Porém, é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são excluídos de pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde	7		5		6	18
terça	manhã	7		4			11
	tarde	6		4		6	16
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã						
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						



18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã						
	tarde	2	6	4			12
quarta	manhã	7		4			11
	tarde						
quinta	manhã	7		4		6	17
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que são realizadas audiências pelo Cejusc às segundas, terças e quintas-feiras, no período da tarde, cada pauta com 6 processos, sendo incluídos processos nas fases de liquidação e execução. Informou ainda que há servidor capacitado para mediação na Unidade e que o Juiz permanece presente na unidade enquanto ocorrem as audiências.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 97,5* audiências unas e de instrução maior que o resultado verificado na última correição (item 10.2 – RARIA de 83,2), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados (49,4 Dias-Juiz).

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 269 dias, menor que o de seu grupo (344 dias) e que o do Fórum (272 dias).



Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 179 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 288 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Na correição anterior foi determinado que a Unidade apresentasse plano de ação para incrementar a pauta de audiências. Tal plano foi apresentado e a Unidade passou a realizar de 11 a 12 audiências em média, por dia, em quatro dias por semana (anteriormente a média era de 7 audiências diárias). Além disso, foi adotada a boa prática de designação de audiências “Mediação/INI”.

Em comparação com o verificado na última correição, este prazo médio (item 7) diminuiu de 275 para 269 dias, refletindo também a redução do lapso temporal entre a designação e a realização de audiências – atualmente em 216 dias para as instruções e 56 dias para unas.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 458, quantidade menor que a média de seu grupo e do Fórum, demonstrando tendência de diminuição desde a última correição.

Apesar dos bons resultados acima, registra-se não ter sido totalmente atingida a Meta 5 da JT para reduzir em 4% o prazo médio de duração do processo, com 99% de cumprimento, sendo necessário que a Unidade mantenha seus esforços para seguir com a redução do prazo médio do ajuizamento ao encerramento da instrução.

19 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com trio gerencial.

Procedimento na execução. O trio não identifica um procedimento específico que tenha resultado na melhora do índice, tampouco sobrecarga de atuação da equipe. Existe a probabilidade de que o remanejamento de servidores entre as equipes, a partir da assunção da nova gestora, influenciou positivamente os índices.

Destaque-se que toda e qualquer criação de subcaixa deve ser submetida a apreciação da Corregedoria, acompanhada da devida justificativa. O pedido e a justificativa devem ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4110/2016. Desse modo, ilustram-se as subcaixas não autorizadas: “Dr. Bruno Furtado Silveira” (tarefa “aguardando audiência”); “Precatório 2017”, “Precatório 2018” (tarefa “aguardando cumprimento de acordo ou pagamento”), entre outras. A gestora da unidade,



neste ato, providencia a exclusão dessas subcaixas e encaminhará o devido pedido para criação da subcaixa “Precatório em Regime Especial” na tarefa “Aguardando pagto. RPV Precatório”.

Acolhendo a sugestão da última correição, a unidade realizou audiências de mediação, após a apresentação de laudo pericial. Todavia, a prática foi abolida, visto que o êxito foi muito reduzido. A mediação na fase de conhecimento foi suspensa de realização na CIA por determinação da Correição anterior, porque cada vara do fórum seria responsável por sua pauta. Quando realizada na CIA, apenas servidores da CIA é que atuavam. A participação de servidor da unidade ocorria apenas em situações específicas. Hoje, as audiências de medição na fase de liquidação e execução são realizados no CEJUSC- JT. A unidade não as realiza, tampouco na fase de conhecimento.

O controle de perícias sugerido pela Corregedoria está implementado na unidade, com sucesso.

Processos convertidos em diligência (263 processos nos últimos 12 meses). Constata-se que o número expressivo decorre das ações do Município, com o pedido de dobra das férias, que exigiram a juntada de um documento nos processos. A unidade conta com cerca de 80% de suas ações contra o Município.

Procedimento na fase de liquidação. A fase de liquidação admite variadas práticas. Em designação de audiência de mediação, também, a intimação das partes para apresentação de cálculos, com a determinação de depósito, pela ré, do valor que entende devido. E, não havendo acordo, na própria audiência, ocorre a liberação dos valores encontrados nos autos, bem como, a homologação dos cálculos e citação da ré. Ou, apenas por despacho, a intimação da reclamada para apresentação de cálculos e depósito do valor que entende devido, seguindo-se a liberação do valor depositado, concomitantemente à concessão de prazo para o reclamante falar sobre os cálculos da reclamada. Por fim, segue a homologação dos cálculos. A prática tem demonstrado um reduzido número de impugnação à sentença de liquidação. No mais, persistindo a controvérsia sobre as contas, a designação de perícia para cálculos complexos ou realização de cálculos simples (e.g. Verbas rescisórias) pelo calculista da unidade. As unidades devem avaliar a prática mais adequada.

Verifica-se a utilização dos procedimentos de hasta pública unificada e não há uso da alienação por iniciativa particular por meio de Corretores credenciados.

No tocante às mediações para processos na fase de conhecimento, considerando as recentes alterações promovidas nas atividades administrativas e judiciais dos Fóruns Trabalhistas do TRT15 (Ato Regulamentar GP-CR nº 01/2018) e na atuação das Divisões de



Execução no âmbito de Fóruns Trabalhistas (Provimento GP-CR nº 04/2018), a Corregedoria faculta ao CEJUSC-JT de Araraquara a realização das mediações para processos nessa fase de conhecimento, sem prejuízo das mediações nas fases de liquidação e execução. Na hipótese, destaca-se o projeto “Mediação/UNA”, que consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso. Outra sugestão é designar “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da nomeação de perícia e demais consectários, na forma do controle de perícias sugerido pela Corregedoria. No mais, a prática de designar audiências de mediação após a realização da perícia foi abandonada por falta de êxito.

20 – RECOMENDAÇÃO:

20.1 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;



21.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

21.3 - reduzir o prazo médio do ajuizamento ao encerramento da instrução dos processos em tramitação na Unidade, privilegiando os processos de procedimento sumaríssimo;

21.4 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 6, E. CNJ (identificar e julgar ações coletivas distribuídas até 31/12/2014) e Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016); respectivamente, com 90% e 99% de cumprimento;

21.5 – desenvolver competência do trio gerencial para utilizar os relatórios do e-GESTÃO, os quais estão disponibilizados pela CGJT no endereço eletrônico “<http://novoegestao.tst.jus.br/BOE/BI/>”, com o nome de usuário “consulta@trt15.jus.br”, para consulta dos relatórios Resumo, Espelho e Gerencial”;

21.6 – observar os normativos: Ato Regulamentar GP nº 11/2017 (solicitação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva); Comunicado nº 8/2017-CR (procedimentos a serem observados para cadastramento no sistema Sinesp Infoseg); Comunicado CR nº 3/2018 (necessidade de imediato encaminhamento ao calculista dos processos convertidos em diligência para liquidação dos valores que constarão na sentença); Ofício Circular nº 09/2017-CR (Pendências Bacenjud); assim como acompanhar as atualizações de normas, também disponibilizadas na extranet – Jurídico – Orientações da Corregedoria;

21.7 – acompanhar os vídeos de “Dicas da Corregedoria” referentes à atuação e procedimentos dos Órgãos jurisdicionais da 1ª Instância;

21.8 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

21.9 – observar os termos da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe;

21.10 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de



comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 12/07/2018 e 13/07/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0011653-21.2017.5.15.0079	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando Audiência” desde 16/05/2018, mas sem audiência designada. O processo 0010714-07.2018.5.15.0079 encontra-se na mesma situação.	Corrigir o fluxo processual e dar prosseguimento ao feito
2	0011952-95.2017.5.15.0079	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando término dos Prazos”. O prazo venceu sem que tenha sido encerrado automaticamente. O processo 0011286-94.2017.5.15.0079 encontra-se na mesma situação.	Intensificar a gestão para correto lançamento e controle dos prazos.
3	0011685-26.2017.5.15.0079	Processo eletrônico na tarefa “Minutar Despacho – Conversão em Diligência” desde 21/03/2018.	Dar prosseguimento ao feito.
4	0000202-38.2013.5.15.0079	Processo físico na fase de execução, pendente na Variável 117 do e-Gestão (embargos de declaração pendentes), em razão da ausência de registro de solução após a juntada de petições em 07/08/2017.	Analisar o feito, bem como dos demais que se encontrarem em situação semelhante, para baixa do incidente.
Meta 2	0011441-05.2014.5.15.0079	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando final de sobrestamento” desde 06/09/2017.	Levar o feito à conclusão para análise e prosseguimento, tendo em vista que o processo está inserido na META 2.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não há.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A MM. Juíza Titular Conceição Aparecida Rocha de Petribu Faria está



autorizada a residir fora da jurisdição (PA 3089/2017 – Proad).

24.2 – O Juiz Substituto Auxiliar Fixo Carlos Alberto Frigieri está autorizado a residir fora da sede da circunscrição (PA 0091400-06.2008.5.15.0897).

24.3 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença, bem como sobre as respectivas autorizações para residir fora da sede da circunscrição.

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4110/2016.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 18 de julho de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.